

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 6, Número 2, Outubro de 2017

A Vez do Populismo

William A. Galston

**Conseguirá a Democracia
Sobreviver à Internet?**

Nathaniel Persily

O Fim da Ilusão Pós-Nacionalista

Ghia Nodia

**A Malaise Política no Brasil:
Causas Reais e Imaginárias**

Marcus André Melo

**O dilema brasileiro: entre o individualismo
cívico e o personalismo transgressor**

Bernardo Sorj

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN



CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj
Sergio Fausto
Diego Abente Brun
Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso
Larry Diamond
Marc F. Plattner
Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Isadora Carvalho
Otávio Dias

Apresentação

No artigo que abre este número, “A vez do populismo”, o norte-americano William A. Galston (Brookings Institution) analisa o que ele define como a quarta — e mais preocupante — convergência política do pós-guerra: uma onda populista que ameaça as políticas levadas a cabo nas últimas décadas por partidos tradicionais (de centro-esquerda e de centro-direita) da Europa central aos Estados Unidos, passando pela Inglaterra. Não somente o livre-comércio, os acordos comerciais e as instituições internacionais, mas as próprias bases da democracia liberal, como a liberdade de imprensa, o Estado de Direito e os direitos das minorias, perdem terreno diante do avanço de forças nacionalistas.

Os motivos são diversos: da globalização ao avanço tecnológico, com o deslocamento de indústrias e empregos para países em desenvolvimento, em especial na Ásia, da Grande Recessão (iniciada em 2008) às ondas migratórias. Aprofundaram-se as divisões entre cidadãos com mais e menos escolaridade, entre os que se beneficiam dos avanços tecnológicos e os ameaçados por eles, os que celebram a diversidade e aqueles que valorizam a homogeneidade e entre habitantes de grandes cidades e de pequenas cidades ou do campo.

Os principais exemplos desta quarta onda são a eleição de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos (2016) e, na Europa, a escalada nacionalista dos governos na Hungria (desde 2010) e na Polônia (a partir de 2015), o “brexit” (2016) e o fortalecimento (embora não a vitória) de partidos de extrema direita nas últimas eleições na França e na Alemanha (2017). Para o autor, a ameaça mais premente à democracia liberal não é a autocracia, mas a “democracia iliberal”, que pode, no entanto, conduzir a uma autocracia.

No segundo texto, “Conseguirá a democracia sobreviver à internet?”, o professor da Universidade Stanford Nathaniel Persily narra a “verdadeira história” da campanha digital durante a última eleição presidencial norte-americana, caracterizada pela intensa divulgação de “fake news” (notícias falsas), pelo amplo uso de “bots” (contas automatizadas) e pela atuação virtual de agentes estrangeiros, entre eles o governo russo, seja com fins lucrativos, para minar a confiança no processo eleitoral ou para privilegiar um dos candidatos, no caso Trump.

Segundo o autor, ao colocar em xeque distinções entre mídia tradicional e novas mídias, e contando com a ajuda de hordas de seguidores para criar uma cortina de fumaça, Trump mudou a narrativa e deu o tom da campanha, mostrando que um outsider pode chegar à Casa Branca com menos da metade dos recursos de sua adversária, a democrata Hillary Clinton. Facebook, Google e Twitter se transformaram rapidamente nas novas instituições intermediárias da política e, por não terem sido criados com o propósito de servirem a valores democráticos (uma característica intrínseca ao jornalismo investigativo de qualidade), foram tragados pelas trevas da política e não sabem como encontrar uma saída.

O terceiro texto, “O fim da ilusão pós-nacionalista”, do georgiano Ghia Nodia (Ilia State University, Tbilisi), propõe uma discussão mais teórica sobre a resiliência do nacionalismo. A tendência da maioria dos cientistas políticos de considerar que o progresso geral (da humanidade) levaria a um futuro no qual as nações e o nacionalismo tornar-se-iam insignificantes sofreu um revés diante dos fatos recentes. Este nacionalismo renovado afeta todos os tipos de regime, dos Estados autoritários e semiautoritários às democracias relativamente novas e até mesmo as consolidadas.

“Onde foi que erramos?”, pergunta o autor, para em seguida concluir que os esforços de “libertação da democracia” dos desejos expressos pelos povos de diversos países em recentes eleições não terão um final feliz, ainda que eles pareçam, num primeiro momento, um

retrocesso. Apenas produzirão mais reações “populistas” de maiorias ainda mais indignadas.

Os dois últimos textos, escritos por autores brasileiros, tratam de nossa atual crise política que, por possuir elementos em comum às dificuldades vividas por outros países, não pode ser dissociada de uma tendência mais global de riscos e ameaças à democracia, mas com características próprias.

No primeiro deles, “A *malaise* política no Brasil: causas reais e imaginárias”, o cientista político Marcus André Melo (Universidade Federal de Pernambuco) defende a ideia de que a atual crise não representa a falência do modelo de Estado instituído pela Constituição de 1988, como muitos têm afirmado, mas é resultado de uma conjunção de choques econômicos e políticos e do fortalecimento das instituições de controle do próprio Estado. “A *malaise* na democracia brasileira é ela própria produto do processo de mudança que o país vive. O enorme cinismo e desconfiança atual em relação às instituições ancoram-se em parte na efetividade de controles democráticos até então inexistentes”, escreve o autor logo na abertura do texto.

Segundo o autor, a crise brasileira é um cisne negro: uma combinação de uma crise econômica de grande envergadura e de um escândalo de corrupção de proporções ciclópicas. Esses dois eventos raros mantêm forte interação, potencializando seus efeitos, mas o sistema institucional tem funcionado bem, ao garantir sanções aos envolvidos em ilícitos. Até mesmo o impeachment da presidente Dilma Rousseff ocorreu de acordo com as regras do jogo, sem recursos a meios violentos, argumenta.

“É muito cedo para acreditar que o Brasil estaria escapando da armadilha do equilíbrio inferior – da corrupção sistêmica – e transitando para um equilíbrio superior, caracterizado pelo respeito à lei. Pela amplitude de seus desdobramentos e pela simultaneidade com outras mudanças, esse novo padrão parece se inscrever num movimento mais

amplo: um *big bang*”, conclui o autor, com uma pitada de otimismo bem-vindo em tempos tão difíceis.

Por fim, em “O dilema brasileiro: entre o individualismo cívico e o personalismo transgressor”, o sociólogo Bernardo Sorj argumenta que no Brasil de hoje convivem um individualismo cívico e um personalismo transgressor. Este conflito está dentro de cada cidadão, que, por um lado, aspira viver em uma sociedade e em um Estado mais justos, orientados por valores universais, e, por outro lado, compactua (de forma ativa ou passiva) com práticas que travam o aprofundamento da democracia no país.

“Qual foi a trajetória de formação da cultura cívica brasileira? Como chegamos ao momento atual de profundo mal-estar social que afeta negativamente as expectativas sobre o futuro da nação? O que está acontecendo?”, pergunta o autor. O Brasil viveria um momento de transição cultural, em que os valores democráticos penetraram na sociedade, mas continuam disseminadas práticas como o jeitinho e o deixa pra lá e, mais grave, o clientelismo e a corrupção.

A construção de uma cultura cívica exige um esforço de reflexão, diálogo e confronto de ideias por parte de todos os atores sociais e políticos, distante da polarização atual no espaço público brasileiro. Essa transformação não se dará da noite para o dia, mas exigirá reformas cumulativas do sistema político, da administração e das políticas públicas em paralelo à ação de uma cidadania ativa comprometida com uma cultura cívica.

Diante de questões tão profundas e complexas, aqui e lá fora, só nos resta desejar que saibamos dialogar e encontrar juntos o melhor rumo para o Brasil e o planeta.

Boa leitura.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

O fim da ilusão pós-nacionalista*

Ghia Nodia

Ghia Nodia *Nodia é diretor da International School of Caucasus Studies da Ilia State University em Tbilisi, na Geórgia, e presidente da International School of Caucasus Studies for Peace, Democracy, and Development, um instituto de pesquisa independente. É coautor de The Political Landscape in Georgia: Political Parties — Achievements, Challenges, and Prospects [O cenário político na Geórgia: partidos políticos — realizações, desafios e perspectivas] (2006). Por cinco meses, em 2016-17, foi pesquisador-visitante do National Endowment for Democracy em Washington, D.C.*

Repentinamente, com o “brexit” e a eleição de Donald Trump, o nacionalismo está de volta ao centro do debate político. No entanto, apesar do aumento de sua importância na prática, a questão do nacionalismo ainda não obteve a devida reconsideração teórica. Tal reconsideração precisaria considerar não apenas o lugar do nacionalismo no mundo atual, mas também o papel mais amplo que ele desempenhou na construção da modernidade. Ainda assim, apesar de o nacionalismo ser considerado uma das forças mais poderosas dos tempos modernos, a corrente majoritária das ciências sociais nunca o considerou um problema central nem mesmo dedicou muita atenção a ele.

Isso sempre me intrigou. Uma explicação óbvia é que os cientistas sociais veem o nacionalismo como uma coisa passageira, talvez

* Publicado originalmente como “The end of the postnational illusion”, *Journal of Democracy*, Volume 28, Número 2, Abril de 2017 © 2017 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

crucial em determinados momentos e lugares, mas, numa perspectiva mais ampla, apenas um instante na história. Explícita ou tacitamente, considera-se que, sob pressão das forças gerais do progresso e do desenvolvimento, o nacionalismo entrará em decadência até minguar. Se isso for verdade, o nacionalismo não merece nossa atenção.

Isso implica que o progresso geral nos levará a um futuro no qual as nações e o nacionalismo tornar-se-ão insignificantes ou, no mínimo, muito menos relevantes do que foram e ainda são. Esse ponto de vista permeia não apenas as ciências sociais, mas também a visão liberal mundo afora. Embora alguns especialistas tenham contestado a ideia de que o nacionalismo seja algo passageiro, a corrente majoritária das ciências sociais permanece impassível e ainda acredita que o nacionalismo irá desaparecer.

A Conferência Seymour Martin Lipset sobre a Democracia no Mundo

Ghia Nodia palestrou na 13ª Conferência Anual Seymour Martin Lipset sobre a Democracia no Mundo em 16 de novembro de 2016, na Embaixada do Canadá, em Washington, D. C. e, em 19 de janeiro de 2017, no Centro de Estudos Internacionais da Munk School of Global Affairs da Universidade de Toronto. O título de sua palestra foi “A crise do pós-nacionalismo”.

Seymour Martin Lipset, falecido no final de 2006, foi um dos cientistas políticos e acadêmicos mais influentes no tema da democracia dos últimos cinquenta anos. Colaborador frequente do *Journal of Democracy* e membro fundador de seu conselho editorial, Lipset lecionou na Universidade da Califórnia em Berkeley, Columbia, Harvard, Stanford e George Mason. Foi autor de inúmeros livros importantes, incluindo *O homem político (Political Man)*, *A sociedade*

americana (The First New Nation), The Politics of Unreason [A política da insensatez] e American Exceptionalism: A Double-Edged Sword [O excepcionalismo norte-americano: uma faca de dois gumes]. Foi a única pessoa a presidir tanto a Associação Americana de Ciência Política (1979-80) quanto a Associação Americana de Sociologia (1992-93).

A obra de Lipset cobriu ampla gama de assuntos: condições sociais da democracia, incluindo o desenvolvimento econômico e a cultura política; origens do socialismo, fascismo, revolução, protesto, preconceito e extremismo; conflito de classes, estrutura e mobilidade; clivagens sociais, sistemas partidários e alinhamento eleitoral; e opinião pública e confiança pública nas instituições. Lipset foi pioneiro no estudo de política comparada, e nenhuma comparação se destacou mais em sua obra do que aquela entre as duas grandes democracias da América do Norte. Por sua análise perspicaz sobre o Canadá em comparação com os Estados Unidos, apresentada em detalhes em *Continental Divide [Divisão continental]* (1990), foi considerado o “Tocqueville do Canadá”.

A Conferência Lipset tem o copatrocínio do National Endowment for Democracy e da Munk School, contando neste ano com o apoio financeiro da Johns Hopkins University Press, da Schar School of Policy and Government da Universidade George Mason, da Embaixada do Canadá em Washington, D. C. e da Canadian Donner Foundation. Para assistir aos vídeos da Conferência Lipset deste e dos anos anteriores, visite www.ned.org/events/seymour-martin-lipset-lecture-series.

Atualmente, no entanto, ficou muito mais difícil manter viva essa esperança. Alguns podem preferir ficar no âmbito normativo, mas os acontecimentos dos últimos anos na Europa e nos Estados Unidos revelam a indefensabilidade de qualquer coisa que se apresente como uma *previsão científica* de que um futuro pós-nacionalista nos aguar-

da. Se as expectativas se mostraram incorretas, então precisamos revisar os pressupostos gerais que as sustentavam.

Essa não é uma questão apenas para os cientistas sociais, argumento. Pelo contrário: o problema do nacionalismo está interligado com o que muita gente chama de retrocesso, declínio ou crise da democracia liberal. Há, cada vez mais, um reconhecimento de que isso é o que está acontecendo atualmente no mundo, e afeta todos os tipos de regime: Estados autoritários e semiautoritários, democracias relativamente novas e as consolidadas. Atualmente, os analistas estão essencialmente descrevendo o fenômeno em vez de construir teorias para explicá-lo. Há, no entanto, uma forte percepção de que o ressurgimento global do nacionalismo e o declínio global da democracia estão relacionados de alguma forma. Qual, então, precisamos nos perguntar, é a relação entre democracia e nacionalismo? O primeiro ensaio que escrevi para o *Journal of Democracy*, há quase um quarto de século, tratava desse assunto.¹ Ele permanece atual, mas desde então muita coisa mudou e, portanto, uma revisita ao tema faz-se necessária.

Força modernizadora ou sinal de atraso?

Apenas no contexto geral do desenvolvimento moderno pode-se compreender a natureza das nações e do nacionalismo. Embora Seymour Martin Lipset não tenha focado tanto no nacionalismo fora dos Estados Unidos, ele permanece sendo forte influência em nosso entendimento sobre o significado de “modernidade” e de “modernização”. Isso faz da Conferência Lipset um fórum particularmente apropriado para discutir nacionalismo, democracia e modernidade.

Começemos observando que praticamente todos os acadêmicos que escrevem sobre nacionalismo consideram-no um fenômeno exclusivamente moderno. A Revolução Francesa é o marco mais amplamente aceito: o nacionalismo emergiu imediatamente antes ou depois (e como resultado) dela. Antes disso, havia coletivos humanos basea-

dos no relacionamento entre seus membros, mas a maioria dos acadêmicos considera que as similaridades entre esses relacionamentos e o nacionalismo são superficiais e enganosas.

O segundo pressuposto relacionado a isso, compartilhado por praticamente todos os acadêmicos, é que as nações e o nacionalismo são *construídos*. Isso significa que o nacionalismo é uma doutrina e, assim como é comum a ligação emocional de alguém com sua nação entre indivíduos modernos, não é algo inato ou dado, surgindo em função da ação humana, de forças históricas ou do caminho trilhado pelo desenvolvimento da sociedade. Para os acadêmicos que estudam o nacionalismo, portanto, a principal tarefa intelectual é determinar precisamente o que causa a “construção” das nações e do nacionalismo, e como. Sobre esses assuntos há bastante diversidade.

A visão subjacente à noção de que as nações e o nacionalismo são construções é definida em oposição a outros pressupostos tipicamente denominados “primordialismo” (em oposição ao “modernismo”) e “essencialismo” (em oposição ao “construtivismo”). Ser um primordialista ou um essencialista significa acreditar que a humanidade sempre esteve dividida em unidades que chamamos de “nações”, que são objetos naturais, algo “dado”, que podemos estudar como parte de uma realidade objetiva.

Estamos diante de um paradoxo. Como afirmei, quase todos os acadêmicos que estudam profissionalmente o nacionalismo (pelo menos no Ocidente) acreditam que as nações são construções modernas. Quem, então, são os “primordialistas” e “essencialistas” e por que deveríamos combatê-los? Por que a maior parte dos livros e teses sobre o nacionalismo começa pela crítica e rejeição do primordialismo e do essencialismo, já que nenhum acadêmico *mainstream* acredita nesses conceitos? A resposta mais provável é que, embora os acadêmicos normalmente sejam modernistas e construtivistas, as pessoas de fora das ciências sociais tendem a ser primordialistas ou essencialistas. Em

outras palavras, há uma imensa lacuna entre como os cientistas sociais (ou as pessoas por elas influenciadas) veem as nações e o nacionalismo e como as demais pessoas os veem. As visões científicas certamente diferem das visões comuns em muitos assuntos, mas aqui estamos lidando com algo caro a muitos cidadãos e que possui um importante papel na política contemporânea. Diferentes atitudes em relação às “nações” compõem a lacuna existente entre a opinião liberal das elites e as visões das pessoas comuns, que estão em muito maior número do que aquelas ligadas às ciências sociais.

A modernidade das nações deixa-nos diante de outro paradoxo. Costumamos acreditar que a modernidade diz respeito a progresso e desenvolvimento.² Se as nações são modernas, seu surgimento não deveria ter uma característica progressiva? Mas o nacionalismo é normalmente considerado ruim e perigoso — algo a ser superado, não celebrado. Como conciliar isso com um reconhecimento da modernidade do nacionalismo?

Primeiramente, devemos nos lembrar que as coisas nem sempre foram desse jeito. No século 19, a maioria dos nacionalistas também era liberal. Os liberais lutavam contra as forças conservadoras do trono, do altar e da aristocracia. O nacionalismo era um aliado dos liberais, uma vez que mobilizava as massas contra o *ancien régime* em nome do povo e da esperança de autogoverno. Nem todos os liberais abraçavam o nacionalismo — alguns sempre se sentiram ambivalentes em relação a tentativas de se associar as “massas” ao “povo” —, mas ser, ao mesmo tempo, liberal e nacionalista era uma combinação bastante típica.

A Revolução Americana é considerada um dos acontecimentos mais progressistas da história mundial, mas poucos ressaltam que também foi uma revolução nacionalista que criou o que Lipset chamou de “a primeira nova nação”.³ Por “nova” ele não se referia ao “Novo Mundo” — ou seja, algo criado pela emigração do “Velho Mundo”, a

Europa. Referia-se, sim, ao fato de que os Estados Unidos eram o primeiro país moderno, fundado por meio de sua separação de um império colonial. Apoiadores da independência americana eram chamados de “patriotas”: hoje, a palavra patriota ainda é usada para descrever um nacionalista “cívico” (em oposição a “étnico”).

Isso também torna a Revolução Americana diferente de vários outros movimentos nacionalistas subsequentes. Não se tratava de diferenças étnico-culturais entre os americanos e os ingleses, e a separação lastreava-se em considerações explicitamente políticas, não culturais. No entanto, embora o nacionalismo americano fosse menos étnico,⁴ ainda assim era uma espécie de nacionalismo. Reconhecer isso deu esperanças a Lipset de que as lições da fundação dos Estados Unidos pudessem ser úteis aos novos países que haviam emergido nos anos 1960 e 1970 como resultado de movimentos pós-colonialistas que também misturavam ideias de democracia e libertação com nacionalismo enquanto força mobilizadora.

Se o nacionalismo foi por muito tempo considerado uma força para o progresso e a libertação — da Europa do século 19 ao Terceiro Mundo pós-1945 —, como a visão negativa do nacionalismo tornou-se predominante? As duas guerras mundiais foram o ponto de inflexão. O massacre que acarretaram fez do nacionalismo uma palavra ofensiva. Na sequência das guerras, a visão de um mundo pós-nacionalista tornou-se amplamente visto não apenas como desejável, mas possível.⁵ A ascensão e desastrosa queda do fascismo e do nazismo desacreditou dramaticamente o nacionalismo e legitimou a União Europeia.

Como pode a teoria social compreender essas mudanças bruscas de atitude em relação ao nacionalismo — de fonte de libertação à corporificação do mal, pertencente às cinzas da história? O pressuposto (às vezes implícito) na maioria das teorias de nacionalismo é que ele pertence ao início da era moderna e, portanto, à medida que o desenvolvimento avança, está fadado a superar sua utilidade e tornar-se

marginal ou até mesmo (na visão marxista) desaparecer por completo. É como uma febre de criança que é fácil de pegar, mas que ela consegue superar e seguir em frente.

Tal entendimento permite uma harmonia entre visões normativas e teóricas. Normativamente, o nacionalismo é considerado ruim porque é antiliberal, opõe-se a direitos individuais, é hostil a minorias, geralmente opõe-se à diversidade e assim por diante. Mas, felizmente, o nacionalismo também está historicamente condenado porque a história o tornará desnecessário. É esse pressuposto de harmonia que precisamos agora abandonar.

O fim do pós-nacionalismo

No despertar da Segunda Guerra Mundial, formou-se um consenso em torno da noção de que o futuro pós-nacionalista não apenas era desejável, mas também estava próximo. A UE foi deliberadamente concebida para enfraquecer os Estados-nações e torná-los menos relevantes, culminando numa espécie de Europa federal. Além disso, enquanto organização regional, a UE também era amplamente considerada um modelo para o mundo. Afinal, em tempos modernos, era a Europa a fonte de modelos de desenvolvimento para o resto do planeta. Esperava-se que o mundo todo, ou pelo menos a parte mais desenvolvida, gradualmente caminhasse naquela direção, ainda que diferentes países e regiões pudessem escolher caminhos um pouco distintos.

O mundo pós-1945 também era o mundo da Guerra Fria. É importante destacar que a visão predominante de um futuro pós-nacionalista era abraçada não apenas pelo Ocidente liberal, mas também por seu rival geopolítico, o mundo comunista. Liberais e comunistas discordavam em muitas coisas, mas concordavam que o nacionalismo era pernicioso e fadado ao fracasso. Qualquer que fosse o objetivo final — liberalismo universal, comunismo universal ou uma “terceira via” unindo de alguma forma os outros dois —, o destino das nações não

era parte importante do debate. A certeza dos pós-nacionalistas derivava disto: se ambos os lados da Guerra Fria concordavam em alguma coisa, isso tinha que ser verdade.

Porém, não muito tempo depois, o nacionalismo voltou a se reafirmar. Seu ressurgimento veio em três ondas. A primeira foi na forma de movimentos do Terceiro Mundo contra o colonialismo e pela “libertação nacional”, que levaram a um reconhecimento relutante de que o nacionalismo ainda era importante e estimularam nova produção acadêmica, incluindo importantes obras escritas por Ernest Gellner e outros que dominam o estudo do nacionalismo até os dias de hoje.⁶ No entanto, a ideia de que o nacionalismo era transitório permaneceu. Afinal, não estavam as colônias do Terceiro Mundo, agora livres, ainda nos estágios iniciais de modernização? Se a Europa, a caminho do alto nível de desenvolvimento, havia deixado para trás o complicado fardo do nacionalismo, o Terceiro Mundo seguiria por fim o mesmo caminho.

A segunda onda de ressurgimento do nacionalismo veio com a queda do comunismo. Tanto os pesquisadores do comunismo quanto os próprios comunistas viam o nacionalismo como algo trivial. Poucos acadêmicos do Ocidente que estudavam o mundo comunista demonstravam interesse na “questão das nacionalidades”. Portanto, o imenso papel desempenhado pelo nacionalismo na derrubada do comunismo e na dissolução da União Soviética e da Iugoslávia surpreendeu os acadêmicos e formuladores de política do Ocidente. Aqueles que lideravam movimentos anticomunistas podem ter evocado princípios liberais-democráticos para deslegitimar ditadores comunistas, mas, em muitos países, o nacionalismo era a mais poderosa força mobilizadora das massas contra o comunismo. Estados comunistas multinacionais eram o palco de apelos nacionalistas particularmente poderosos. Desconcertado, o liberal polonês Adam Michnik gracejou: “O nacionalismo é o último estágio do comunismo”.⁷

Se as teorias sobre o nacionalismo estivessem corretas, o que explicaria seu aparente ressurgimento? Os liberais ocidentais rejeitavam o comunismo por ser repressivo, mas o viam como uma força modernizadora. Diferentemente dos países do Terceiro Mundo, os países comunistas eram vistos como modernos ou desenvolvidos; além disso, lutavam contra o nacionalismo e pareciam caminhar em direção ao pós-nacionalismo.

Mesmo o fim do comunismo foi incapaz de provocar uma reavaliação profunda das visões sobre o nacionalismo. Afinal, o comunismo havia se mostrado um falso caminho para a modernidade, portanto, suas relações paradoxais com o nacionalismo poderiam ser consideradas um simples acaso. Tardamente, os acadêmicos perceberam que as políticas soviéticas e iugoslavas de nacionalidade haviam de fato impulsionado, não enfraquecido, o nacionalismo.⁸ Porém, talvez isso se devesse mais aos caprichos das decisões tomadas por Stálin (e seus imitadores iugoslavos) que a algo mais substantivo. Com o reaparecimento temporário do nacionalismo para ajudar a acabar com o comunismo, acreditava-se que os países pós-comunistas fossem abraçar a democracia e, por fim, o pós-nacionalismo. Afinal, todos eles não queriam aderir à União Europeia?

Nenhum desses fatores contingenciais, entretanto, dá conta de explicar a terceira onda de ressurgimento global do nacionalismo, a qual estamos atravessando atualmente. O “brexit”, até o momento sua expressão mais proeminente, foi um golpe especialmente duro porque o Reino Unido não é um país em desenvolvimento, nem mesmo uma democracia jovem. Pelo contrário, é sem dúvida o próprio berço da modernidade em geral, e da democracia moderna em particular. A Guerra Civil Inglesa e a Revolução Gloriosa que derrotou o absolutismo real e limitou os poderes monárquicos, a ascensão do Parlamento e do *common law*, a Revolução Industrial, todos esses acontecimentos cruciais para a ascensão do mundo moderno pertencem à história da Inglaterra. E, no entanto, foi no Reino Unido que os eleitores abandonaram o paradigma “pós-moderno” da UE.

E então veio o inesperado e, para muitos, chocante resultado das eleições presidenciais americanas. A vitória de Trump é amplamente vista como outra vitória para o nacionalismo: supostamente, seus *slogans* “A América em primeiro lugar” e “Torne a América grande de novo” funcionaram bem. E isso aconteceu na mais poderosa democracia do planeta. Além disso, o nacionalismo avança em praticamente todos os países ocidentais. A Frente Nacional de Marine Le Pen foi uma rival competitiva nas eleições presidenciais francesas.

A história da modernidade, ao menos em sua dimensão política, é em larga medida definida pelas revoluções inglesa, americana e francesa. Por muito tempo, “progresso” era uma narrativa cujo significado estava atrelado a esses países. Seja por imposição ou pelo exemplo, a Inglaterra, os Estados Unidos e a França disseminaram as lições do desenvolvimento e mostraram o que significava ser moderno. Se esses três países, e vários outros, agora exibem o vazio da suposição de que o nacionalismo tenderia a arrefecer no mundo desenvolvido, é difícil continuar defendendo essa suposição. Alguns de nós ainda pode acreditar que um futuro pós-nacionalista seria preferível, mas já não podemos manter a ilusão de que o mundo esteja de fato caminhando nessa direção.

Onde erramos?

Onde está o equívoco em nossa concepção sobre o nacionalismo? Por que chegamos a pensar que o declínio das nações e do nacionalismo fosse inevitável? O argumento mais popular era econômico: a tendência de globalização econômica tornaria os Estados-nações e o nacionalismo obsoletos. Embora o conceito de “globalização” soe novo, a ideia é bastante antiga. Em 1848, em seu *Manifesto do Partido Comunista*, Karl Marx e Friedrich Engels colocaram bem:

As segregações nacionais e os antagonismos entre povos já vão desaparecendo mais e mais com o desenvolvimento da burguesia, com

a liberdade de comércio, o mercado mundial, a uniformidade da produção industrial e as correspondentes relações de vida.⁹

Um século depois, os defensores do liberalismo econômico e do livre-mercado dos anos 1990 concordavam com Marx e Engels ao preverem que as forças incontroláveis da globalização econômica significariam “o fim do Estado-nação”.¹⁰

A globalização é, de fato, real e poderosa, e vê as nações como barreiras. Então, o que há de errado com esse argumento? Em resumo, ele está equivocado porque o determinismo econômico está equivocado. A economia é importante, mas ela não explica tudo. Nem sempre “é a economia, estúpido”, apesar do bordão que analistas políticos gostam de repetir. E, mesmo que *seja* a economia, o desenvolvimento econômico em si precisa ser explicado. Há um crescente corpo de evidências e literatura acadêmica que tenta descobrir por que alguns países são economicamente desenvolvidos e outros continuam pobres; cada vez mais, as instituições aparecem como o fator mais importante.¹¹ Isso decididamente, mas não exclusivamente, inclui as instituições políticas. (Então poderíamos nos perguntar por que alguns países possuem instituições melhores do que outros, mas esse é um assunto para outra ocasião.) O ponto-chave é que explicações baseadas em um único fator preponderante como desenvolvimento econômico podem parecer atraentes para um cientista social, mas estão equivocadas.

Outra explicação popular para o inevitável declínio do nacionalismo vem da ideia de que a natureza humana é maleável. O Iluminismo disseminou a ideia dos seres humanos como criaturas essencialmente racionais. Com desenvolvimento e educação, nos tornaríamos cada vez mais racionais. O principal obstáculo ao progresso da razão é o “preconceito”, originalmente uma maneira educada de dizer “religião”. Considerava-se que o desenvolvimento e a educação um dia poriam fim à religião, ou ao menos a marginalizariam, afastando-a da esfera pública. Há uma diferença importante entre religião e na-

cionalismo porque a primeira é obviamente pré-moderna, enquanto as nações, como vimos, são exclusivamente modernas. Apesar disso, nesse contexto, as atitudes em relação à religião e ao nacionalismo se assemelham: ser nacionalista ou ser religioso, diz o argumento, tem pouca relação com ser racional. Por que uma pessoa racional se prenderia a um sentimento primitivo baseado no lugar onde incidentalmente nasceu? Por que devo algo à “minha” nação e não a qualquer outra? Por que me arriscaria a morrer por esta nação ao lutar contra outras? Isso não passaria numa prova rigorosa de racionalidade. Portanto, ao se tornarem mais iluminados e racionais, as pessoas deixarão de ser nacionalistas.

Mas nem a religiosidade nem o nacionalismo desapareceram. A primeira entrou em declínio em certa medida, especialmente em partes mais desenvolvidas do mundo como a Europa, mas segue sendo bastante importante e, em alguns lugares, sua importância cresce em vez de decair. O nacionalismo, como vimos, exibe características similares.

Onde erramos, então? Não somos criaturas racionais? O Iluminismo não mudou o mundo de fato? Devemos abandonar seu legado? Não, não precisamos ir tão longe. Estou longe de ser um defensor do “pós-modernismo” (ou seja, do pós-Iluminismo). O próprio Iluminismo, no entanto, pode ser compreendido de diferentes maneiras. Nossa percepção sobre ele foi bastante influenciada pelas ideias dos *filósofos* franceses do século 18. Elas não são a única maneira de se respeitar o progresso e a racionalidade; é perfeitamente possível não opor de maneira tão absoluta a razão e qualquer coisa que pareça “preconceito”.

A versão escocesa (e, de maneira mais ampla, britânica) do Iluminismo sugere uma abordagem mais nuançada, que leve em consideração um desenvolvimento baseado na ampliação do acesso à educação, no apoio às liberdades individuais e na tolerância das diferenças, mas que não rejeite a religião ou o respeito por tradições culturais.¹² O

escocês David Hume foi um grande pensador iluminista e defensor do progresso, mas também disse algo escandaloso sobre a razão: “A razão é, e deve ser, apenas a escrava das paixões, e não pode aspirar a outra função além de servir e obedecer a elas”.¹³ Ao contrário do que se poderia pensar, isso não implica uma celebração de instintos irracionais ou de qualquer tipo de “preconceito”, mas leva em consideração uma compreensão mais realista do papel da racionalidade na estrutura da natureza humana.

A outra suposição geral que sustenta a expectativa de declínio das nações é a ideia de que a própria natureza humana seja uma construção. Novamente faço referência a Marx, que não acreditava que houvesse uma “natureza humana”, apenas um “conjunto de relações sociais”.¹⁴ Todos somos moldados por “forças sociais”. Uma combinação dessas forças fez de nós nacionalistas, mas outra combinação irá nos “curar” disso, bem como de qualquer tendência à religiosidade, ou até mesmo, acreditava Marx, do egoísmo. A humanidade é maleável, pensava. Ela pode ser reconstruída, aperfeiçoada. Essa visão marxista é a fonte do construtivismo social que se tornou tão influente nas ciências sociais da atualidade. A rejeição completa e inflexível de qualquer coisa que se aproxime do “primordialismo” ou do “essencialismo” deriva disso.

Essa abordagem, entretanto, com sua insinuação de que a mente humana é uma “tábula rasa” cujo conteúdo é determinado pelo ambiente social, não é apenas a ovelha negra de alguns filósofos de inclinação conservadora. Ela também contradiz fortemente descobertas da biologia evolutiva e da psicologia. Com base nessas descobertas, Steven Pinker defende que temos tanto “demônios interiores” como “anjos bons” que fazem parte de nossa natureza.¹⁵

Nossa natureza não é uma tábula rasa, mas isso não impede a possibilidade de progresso em questões humanas. O avanço da civilização mudou dramaticamente nossas vidas e tornou-as muito melhores em muitos aspectos, especialmente nas áreas de bem-estar material e redu-

ção da violência. É correto celebrar os feitos obtidos até aqui e desejar ainda mais. Mas nossos demônios interiores, bem como nossos anjos bons, ainda estão presentes, e não podem ser eliminados redesenhando instituições políticas ou realizando campanhas de conscientização. Ao menos que levemos isso em consideração, nossos projetos sociais bem-intencionados produzirão alguns resultados inesperados e indesejáveis ou até mesmo criarão novos monstros (pessoas que viveram sob o comunismo estão particularmente bem familiarizadas com isso).

Isso deveria nos levar a uma reavaliação crítica da narrativa construtivista sobre o nacionalismo. Quando o construtivismo deixa de ser uma ferramenta útil para se tornar um dogma inflexível? Gellner deixou-nos uma expressão que resume bem o construtivismo radical em seu fascinante ensaio ao perguntar: “As nações possuem umbigo?”¹⁶ Ele argumenta que a criação das nações nos tempos modernos pode ser comparada à criação divina do mundo: ambas são *ex nihilo*, ou seja, criadas a partir do nada. Adam não tinha umbigo. As nações são criadas pelo desenvolvimento econômico, pelo acesso à leitura e assim por diante; não requerem condições prévias de tempos pré-modernos. Algumas nações modernas, como o povo francês, judeu ou russo, podem ter ligações com um passado pré-moderno, mas isso é irrelevante.

Outros acadêmicos, como John Armstrong e Anthony Smith, são o que eu chamaria de construtivistas moderados (na literatura, são normalmente chamados de “etnossimbolistas”). Veem uma espécie de continuidade entre os coletivos étnicos pré-modernos, de um lado, e nações modernas e nacionalistas de outro.¹⁷ Esses autores ainda são modernistas e construtivistas. Entendem as nações como um fenômeno moderno, pois nunca antes houve agrupamentos humanos tão grandes e razoavelmente estáveis que, decisivamente, atribuem a legitimidade da ordem política ao serviço que essa ordem presta a uma nação. Essa é de fato uma ideia moderna.

No entanto, as pessoas sempre viveram em comunidades que acreditavam estar baseadas em uma origem comum bem como em uma língua, religião e conjunto de costumes comuns. Para tais comunidades, o senso de pertencimento era algo importante. Até onde sabemos, sempre existiu um senso de fronteira baseado nas características acima: aqui está o “nosso povo” e lá está o “outro povo”.¹⁸ Isso não significa que os “outros” sejam sempre odiados ou temidos, embora muitas vezes o sejam.

Até onde os estudos da história conseguem alcançar, esse senso de pertencimento e de fronteira sempre existiu. Podemos pensar, portanto, que ele esteja relacionado com a natureza humana. Mas também precisamos reconhecer (porque até certo ponto ainda somos “construtivistas”) que, ao longo da história, tudo mudou drasticamente. Isso inclui o tamanho e a composição dos grupos, as fronteiras entre eles, indicadores importantes como língua e religião e também a importância que as pessoas atribuem a tudo isso. Tais mudanças costumam depender de contingências históricas. Mas as “forças da modernidade” não poderiam ter criado as nações modernas a não ser que tivesse havido alguma causa sobre a qual agir, uma base na história, de um lado, e a natureza humana, de outro. Aqui vemos um esboço de uma compreensão modernista, porém mais nuançada, do nacionalismo.

A sombra da democracia

Como observei no início, o ressurgimento do nacionalismo produz efeitos sobre a questão do declínio da democracia. No mínimo, perdemos nosso senso de otimismo sobre o progresso global da democracia, e muitas pessoas começaram a temer que a democracia esteja atualmente em perigo mesmo em seus principais redutos, a Europa Ocidental e os Estados Unidos.¹⁹ Quais são os reais indicadores desse declínio, especialmente entre as democracias consolidadas? Quando o *Journal of Democracy* convidou diversos autores para analisar essa tendência na Europa continental, incluiu um prefácio de duas páginas

na qual os editores listavam os cinco principais desafios à democracia liberal, quais sejam: “populismo, nacionalismo, nativismo, iliberalismo e xenofobia”.²⁰ Dois desses cinco termos, nativismo e xenofobia, descrevem diferentes aspectos do nacionalismo (especialmente quando esse termo é usado em um sentido pejorativo), ao passo que “iliberalismo” é um termo guarda-chuva que resume os demais quatro termos da lista. A atual crise da democracia é a crise de um paciente afetado por patógenos (populismo e nacionalismo) contra os quais ainda não há um antibiótico disponível.

Não tenho nenhum antibiótico para oferecer, mas gostaria de colocar uma questão: devemos tratar essas tendências verdadeiramente assustadoras como doenças com origem externa ou como expressões de problemas inerentes à democracia? Para usar a terminologia das ciências sociais, estamos lidando com um fenômeno exógeno ou endógeno à democracia? O instinto inicial de muitos analistas é preferir a primeira resposta. Normalmente começam citando a globalização econômica; de alguma forma conclui-se que ela não é tão boa para economias capitalistas avançadas, ou pelo menos para partes significativas de sua população. Investimentos e empregos migram para economias com baixos salários e rápido crescimento, como a China e a Índia, enquanto pessoas dos Estados Unidos e da Europa Ocidental têm que lidar com o subemprego, o desemprego ou, na melhor das hipóteses, salários estagnados. Essas pessoas se veem como perdedoras da globalização e se voltam tanto contra estrangeiros, que roubam seus empregos, e seu próprio *establishment* cosmopolita, que as colocaram à venda. Essa é a maneira mais popular de explicar o “brexit”, as eleições americanas recentes e a ascensão de partidos nacionalistas e populistas na Europa.

O outro fator exógeno geralmente citado junto com a globalização é a trágica instabilidade no Oriente Médio, que “produziu” o terror do islamismo radical e um grande fluxo migratório de muçulmanos em direção aos países desenvolvidos da Europa e América do Norte. Isso

levou a uma reação xenofóbica e nativista contra os imigrantes, da qual os partidos nacionalistas ou populistas souberam tirar vantagem.

Ambas as explicações fazem bastante sentido, mas sempre haverá dificuldades econômicas e complicações relacionadas à segurança nacional: a democracia não deveria ser resiliente diante de tais desafios? Embora fatores desencadeadores possam ser de fato exógenos, não são capazes de criar o populismo ou o nacionalismo, apenas fortalecê-los quando já estão presentes. É particularmente difícil retratar o populismo como algo exógeno à democracia. Afinal, tanto *populus* (latim) quanto *demos* (grego) querem dizer “o povo”. Dizer que a democracia é algo bom e o populismo é algo ruim é linguisticamente contraintuitivo. Afinal, revoltas dos “cidadãos comuns” contra as elites — algo normalmente associado aos movimentos populistas — não fazem parte do *ethos* da democracia?

O populismo parece ser um conceito usado para se referir a tudo que consideramos ruim sobre as democracias. Isso me lembra de um conceito de “sombra” cunhado pelo psicoterapeuta suíço Carl Gustav Jung. Em seu entendimento sobre a personalidade humana, nossa “sombra” é o aspecto mais sombrio e menos desejável de nossa personalidade, ou talvez até mesmo uma personalidade alternativa, que nosso ego consciente se recusa a reconhecer como parte de si. Mas esse é um jogo que não se pode vencer: não conseguimos evitar as sombras. Portanto, é preferível reconhecer nossos demônios interiores e lidar com eles porque, caso contrário, eles nos levarão a fazer coisas ainda piores.²¹ Analogamente, a democracia não consegue evitar ser populista até certo ponto. Todo líder democrático precisa agradar o *demos* e, para tanto, pode ser necessário fazer concessões à sua consciência. O populismo não é uma força externa a golpear a democracia: ele sempre esteve aqui. Mas, em determinadas circunstâncias, ele pode ser mais destrutivo.

Isso pode não parecer tão óbvio no caso do nacionalismo, mas ele também é parte da democracia e não algo externo. Para haver uma de-

mocracia, é necessário haver uma comunidade de pessoas unidas por um futuro político comum e instituições políticas comuns. Isso exige certo tipo de solidariedade e confiança horizontal, ou o que chamamos de “base comum”. Isso nos força a aceitar até mesmo um governo que odiamos: precisamos aceitar porque “nosso povo” o elegeu; temos que respeitar a vontade desse povo porque fazemos parte dele. Se não nutrirmos esse sentimento de pertencimento comum, então esse não é *nosso* governo. Se as nações modernas são “construídas”, também são criadas por essa demanda por instituições políticas baseadas em um sentimento de pertencimento comum que dá legitimidade ao governo que serve (ou alega servir) “ao povo” ou “à nação”.

Nesse sentido, embora tentemos evitar expressões exageradas de populismo e de nacionalismo — e não se pode negar que eles oferecem muitos riscos —, também precisamos ter em mente que eliminar da democracia qualquer coisa que nos remeta a isso só pode ser feito às custas da própria democracia. Não há nada realmente novo sobre os problemas com os quais nos deparamos atualmente. O que chamamos de perigos do populismo, liberais do século 19 como Alexis de Tocqueville e John Stuart Mill chamavam de “tirania da maioria”. Eles claramente entendiam que essa ameaça é algo intrínseco à democracia. As preocupações atuais em relação ao “brexit” ou ao que pode acontecer nos Estados Unidos após a eleição de Trump também são expressões do medo da tirania da maioria.

O esforço para lidar com essa ameaça também é tão velho quanto o projeto da democracia moderna. Os fundadores dos Estados Unidos, plenamente conscientes dessas ameaças, criaram um sistema complexo de freios e contrapesos para contrapô-las. Esses mecanismos são muito importantes e têm se mostrado eficazes, mas os próprios fundadores reconheciam que nem sempre seriam suficientes.

Os liberais do século 19 também esperavam que restrições ao direito a voto também refreasse o lado sombrio da democracia. Eles nega-

vam esse direito àqueles que consideravam ser pouco educados ou não possuir um senso adequado de responsabilidade social. Atualmente, o sufrágio universal é algo sagrado e essa opção está fora de cogitação. No entanto, algumas das reações ao “brexit” e às eleições americanas de 2016 revelaram um desejo de que os “deploráveis” (no século 19, seus opositores seriam chamados de “turba” ou “plebe”) que votaram pela saída da UE ou por Trump simplesmente não tivessem o direito de votar.

Na sequência do “brexit”, Mark Leonard, o diretor do Conselho Europeu de Relações Internacionais, comparou as visões “diplomática” e “popular” da Europa. A primeira, escreveu, era personificada pela UE, enquanto esta última era representada pelo Partido da Independência do Reino Unido e pelo “brexit”.²² Suplantar o adjetivo “democrático” com “popular” não ajuda muito neste caso. A linha de argumentação de Leonard reforça a visão daqueles que rejeitam a UE de que ela é uma conspiração de elites globalistas contra o povo.

Como devemos tentar resolver os preocupantes problemas atualmente enfrentados pela democracia? Não tenho nada específico para oferecer. O que posso fazer é pedir que tenhamos a velha prudência aristotélica. Se quisermos preservar, desenvolver e avançar a democracia liberal, precisamos reconhecer a democracia pelo que ela é. Precisamos parar de tentar libertar a democracia da vontade do povo e da propensão que essas mesmas pessoas têm para se importar mais com sua própria terra, tradições e crenças do que com a terra, tradições e crenças de outros. Esforços de “libertação” da democracia do povo não terão bom final. Apenas produzirão mais reações “populistas” de maiorias ainda mais indignadas, levando a resultados que não agradarão a ninguém.

Notas

1. Ghia Nodia, “Nationalism and Democracy”. *Journal of Democracy*, v. 3, n. 4 (out. 1992), pp. 3-22.

2. O termo “modernização” saiu um pouco de moda desde que Lipset escrevia suas obras mais importantes, mas seu substituto, “desenvolvimento”, é quase um sinônimo, assim como “progresso”.

3. Seymour Martin Lipset, *The First New Nation: The United States in Historical and Comparative Perspective*. Nova York: W.W. Norton, 1979.

4. Na verdade, sempre houve um componente étnico ou racial, expresso em atitudes contra os negros e povos indígenas e, mais tarde, também contra outros grupos.

5. Embora a ideia de “Estados Unidos da Europa” tenha surgido na discussão perto do alvorecer do século 20, a vitória dos Aliados na então chamada Grande Guerra levou ao triunfo do nacionalismo liberal de Woodrow Wilson, que focava na “autodeterminação dos povos” europeus minoritários e na criação da Liga das Nações.

6. Gellner, op. cit.; Benedict Anderson, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism* (Londres: Verso, 1983); Eric J. Hobsbawm, *Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth, Reality* (Nova York: Cambridge University Press, 1991); Anthony D. Smith, *The Ethnic Origins of Nations* (Oxford: Blackwell, 1986); John A. Armstrong, *Nations Before Nationalism* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1982).

7. “Polish Dissident Adam Michnik: ‘We Are Bastards of Communism’”. *Spiegel Online*, 31 jul. 2013. Disponível em: <www.spiegel.de/international/europe/polish-dissident-adam-michnik-on-eastern-europe-after-communism-a-913912.html>.

8. Yuri Slezkine, “The USSR as a Communal Apartment, or How a Socialist State Promoted Ethnic Particularism”. *Slavic Review*, v. 53, n. 2 (Summer 1994), pp. 414-52.

9. Karl Marx; Friedrich Engels, *Manifesto of the Communist Party*. Nova York: International Publishers, 1948, p. 28. [Ed. bras.: “*Manifesto do Partido Comunista*”. *Estudos Avançados*, v. 12, n. 34 (set./dez. 1998). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000300002>>.]

10. Kanichi Ohmae, *The End of the Nation-State: The Rise of Regional Economies*. Nova York: Free Press, 1996.

11. Daron Acemoglu; James A. Robinson, *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty*. Nova York: Crown, 2012.

12. Ver, por exemplo, Gertrude Himmelfarb, *The Roads to Modernity: The British, French and American Enlightenments* (Londres: Vintage, 2004).

13. David Hume, *A Treatise of Human Nature*, Volume II. Londres: Thomas and Joseph Allman, 1817, p. 106. [Ed. bras.: *Tratado da natureza humana: Uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio dos assuntos morais*. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 451.]

14. Karl Marx, “Theses on Feuerbach”. In: Lawrence H. Simon (Org.), *Marx, Selected Writings*. Indianapolis: Hackett, 1994, p. 100.

15. Steven Pinker, *The Better Angels of Our Nature: Why Violence Has Declined*. Nova York: Penguin, 2012. [Ed. bras.: *Os bons anjos da nossa natureza: por que a violência diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.]

16. Ernest Gellner, “Ernest Gellner’s Reply: ‘Do Nations Have Navels?’”. *Nations and Nationalism*, v. 2, n. 3 (nov. 1996), pp. 367-68.

17. Armstrong, op. cit.; Smith, op. cit.

18. Armstrong, op. cit., pp. 4-5.

19. Roberto Stefan Foa; Yascha Mounk, “The Danger of Deconsolidation: The Democratic Disconnect”. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 3 (jul. 2016), pp. 5-17 [Ed. bras.: “A desconexão democrática”. *Journal of Democracy em Português*, v. 5, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#JournalDemocracy>>.]; Takis S. Pappas, “The Specter Haunting Europe: Distinguishing Liberal Democracy’s Challengers”. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 4 (out. 2016), pp. 22-36. [Ed. bras.: “Os diferentes adversários da democracia liberal”. *Journal of Democracy em Português*, v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#JournalDemocracy>>.

20. “The Specter Haunting Europe: Introduction”. *Journal of Democracy*, v. 27, n. 4 (out. 2016), p. 3.

21. Ver Connie Zweig; Jeremiah Abrams (Org.), *Meeting the Shadow: The Hidden Power of the Dark Side of Human Nature* (Nova York: Jeremy P. Tarcher/Putnam, 1991).

22. Mark Leonard, “The Rise of Demotic Democracy in Europe”. *Project Syndicate*, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.project-syndicate.org/commentary/brexit-direct-democracy-destroys-europe-by-mark-leonard-2016-06>>.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EstadoDemocracia>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#MediosComunicacion>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca>

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://www.plataformademocratica.org/portugues/publicacoes#RecursosPesquisa>